**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022 - 2025**



**RONDON – PARANÁ**

**Dezembro/2021**

**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**CIDADE DE RONDON ESTADO DO PARANÁ**

**Roberto Aparecido Corredato**

# Prefeito Municipal

**Mandato 2021-2024**

# Clotilde Sardeto

**Secretária Municipal de Assistência Social - Rondon/PR**

# Cleusa Maria Guelfi Oliveira

**Presidente do CMAS**

# EQUIPE DE TRABALHO

**Elaboração:** Secretaria Municipal de Assistência Social - 2021

**Distribuição/Informação:** Prefeitura Municipal de Rondon – PR – Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

# Responsável pela Reavaliação e Reestruturação do Plano:

Valquiria Rodrigues de Medeiros, Assistente Social – CRESS – 9057 -11ª/PR. Órgão Gestor

# Responsáveis pela Reavaliação e Elaboração de ações Plano:

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

# Coordenação Geral:

Clotilde Sardeto

Secretária Municipal de Assistência Social

# Organização de Dados:

Laura Regina Napoli Cinthia Daniele Lorenzoni Secretária Executiva

# Revisão:

Valquiria Rodrigues de Medeiros - Assistente Social

# Colaboradores:

**Secretaria Municipal de Assistência Social Secretaria Municipal de Saúde**

# Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Secretaria Municipal de Educação

**Secretaria Municipal de Esporte e Cultura**

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instituído pela Lei nº. 990 de 25 de agosto de 1995 e alterado através das Leis: Nº 1.404/2009 e Lei Nº 1.797/2017.

CNPJ: 14.479.993/0001-30

# CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instituído pela Lei de criação nº. 990 de 25 de agosto de 1995 e alterado através das Leis: Nº 1.404/2009 e Lei Nº 1.797/2017.

Avenida Rio de Janeiro, 479 - 87800-000 (44) 3672-2176 (ramal 208)

# Cleusa Maria Guelfi Oliveira

Presidente

# 2021-2023

**Merielen Bezerra de Moraes Costa**

Vice – Presidente

# 2021-2023

**Cinthia Daniele Lorenzoni**

Secretária Executiva dos Conselhos

# COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2021-2023

**REPRESENTATES GOVERNAMENTAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Titular: Valquíria Rodrigues de Medeiros

Suplente: Ana Paula Ancheski e Silva

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Titular: Oline Cristina Biasotto Minigucci

Suplente: Kátia Sidnéia Luiz de Andrade Aldrovandi

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Aparecida Alves do Amaral

Suplente: Marta Vanessa Damico Possani

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Titular: Sirlei Luiz de Andrade dos Santos

Suplente: Alays Franchini Torisco

**REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RONDON**

Titular: Merielen Bezerra de Moraes Costa

Suplente: Dheini Juliane Rosolen

**USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Titular: Ana Paula Crispim

Suplente: Daiane Martins dos Reis

Titular: Jhenifer Kerlin de Oliveira

Suplente: Roseli da Silva

**TRABALHADORES DO SETOR**

Titular: Cleusa Maria Guelfi Oliveira

Suplente: Sônia Maria Martinelli Beluomini

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| **1.APRESENTAÇÃO**...................................................................................... | **08** |
| 1.1 APROVAÇÃO DO PLANO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL................................................................................ | 08 |
| 1.2 O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ................................ | 09 |
| **2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**........................................... | **11** |
| 2.1. IDENTIFICAÇÃO...................................................................................... | 11 |
| 2.2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.......................................................... | 14 |
| 2.3. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – RECURSOS HUMANOS..................................................................................................... | 14 |
| **3. CONTROLE SOCIAL**................................................................................. | **16** |
| 3.1. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RONDON........ | 17 |
| 3.1.1 Identificação.......................................................................................... | 17 |
| 3.1.2 Organização do Conselho Municipal de Assistência Social de acordo com suas atribuições....................................................................................... | 18 |
| 3.2. INSTÂNCIAS DE CONTROLE VINCULADAS À ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL.............................................................. | 20 |
| **4. A CIDADE DE RONDON**............................................................................ | **22** |
| 4.1. HISTÓRICO............................................................................................. | 22 |
| 4.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS................................................................. | 23 |
| **5. A REDE SOCIOASSITENCIAL**................................................................... | **32** |
| 5.1. REDE PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL............................................ | 32 |
| 5.1.1. Proteção Social Básica........................................................................... | 33 |
| 5.1.2. Proteção Social Especial........................................................................ | 40 |

|  |  |
| --- | --- |
| 5.1.2.1 Média Complexidade.............................................................................. | 40 |
| 5.1.2.2 Alta Complexidade ............................................................................. | 42 |
| 5.2 REDE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL............................................ | 43 |
| **6. OBJETIVOS**............................................................................................... | **46** |
| 6.1. OBJETIVOS GERAIS............................................................................... | 46 |
| 6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS..................................................................... | 46 |
| **7. DIRETRIZES**.............................................................................................. | **47** |
| 1. **CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2021**.................

8.1 INSERÇÃO DOS EIXOS/AÇÕES..............................................................1. **DETALHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS PARA O PERÍODO DE 2022-2025**................................................................................
 | **48**4852 |
| 9.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA................................................................. | 52 |
| 9.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE............... | 62 |
| 9.3. GESTÃO E CONTROLE SOCIAL............................................................ | 68 |
| **10. FINANCIAMENTO**..................................................................................... | **71** |
| **11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**......................................................... | **75** |
|  |  |

**1. APRESENTAÇÃO**

**1.1 APROVAÇÃO DO PLANO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RONDON**

Rondon-PR, 01 de Dezembro de 2021.

 O Conselho Municipal de Assistência Social de Rondon–Pr, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 1797/2017 de 09/08/2017, conforme plenária realizada em 01/12/2021. Deliberação 015/2021 APROVOU o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS para o quadriênio 2022-2025.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Cleusa Maria Gueldi Oliveira**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

**2021-2023**

# 1.2. PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este Plano Municipal de Assistência Social – PMAS elaborado no ano de 2014 esteve em vigência nos quadriênios 2014 – 2017, e de 2018 – 2021, sendo reavaliado no ano de 2021, para atender o quadriênio de 2022 – 2025. De acordo com a Lei em vigência **Nº 1.797/2017 que** d**ispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município Rondon/PR., no seu Art. 18** “O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Rondon”. Desse modo em consonância com a Lei supracitada, a reavaliação deste PMAS visa ajustar ações e integrar novas propostas afim de avançar no desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social. Este PMAS também vem de encontro com a recomendação legal estabelecida pelos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), no campo da Assistência Social, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.142, de 07 de dezembro de 1993, que exige pelo artigo 330, alínea III, que os Municípios, Estados e Distrito Federal instituam o Plano de Assistência Social.

A Resolução nº. 182, de 20 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em seu artigo 1º define que os Planos de Assistência Social serão plurianuais, abrangendo o período de 04 (quatro) anos, tanto para Estados quanto para Municípios.

O Parágrafo Único deste artigo explicita que os planos comtemplarão o segundo ano da gestão governamental em que foram elaborados e o primeiro ano da gestão seguinte. Conforme a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, os instrumentos de gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento técnico e financeiros da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nas três esferas de governo, tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de **Proteção Social Básica e Especial**, sendo eles: Plano de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação e Relatório de Gestão.

Ainda de acordo com a PNAS/04, “O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo”.

A estrutura deste plano comporta em especial dados gerais do município, caracterização da rede de assistência, os objetivos gerais e específicos; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações estratégicas correspondentes para sua implementação; as metas estabelecidas; os recursos materiais; humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; o monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

 O processo foi realizado através de pesquisa documental, reuniões, oficinas temáticas e avalição in loco envolvendo todos os atores da política, que são: gestora, profissionais e trabalhadores do SUAS, entidades parceiras, gerência de programas, entidades assistenciais, usuários e Conselho Municipal de Assistência Social, como forma de garantir a democratização de informações e construção de propostas que venham ao encontro das reais necessidades do município.

# ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

* 1. **IDENTIFICAÇÃO**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome do órgão Gestor:** | Secretaria Municipal de AssistênciaSocial |
| **Município:** | Rondon - PR |
| **CNPJ do FMAS** | 14.479.993/0001-30 |
| **Endereço:** | Avenida Rio de Janeiro, 479 |
| **Bairro:** | Centro |
| **CEP:** | 87800-000 |
| **Telefone:** | (44) 3672 2176 |
| **E-mail:** | assistenciasocial@rondon.pr.gov.br |
| **Responsável:** | Clotilde Sardeto |
| **Nível de Gestão:** | Básica |
| **Porte do Município conforme critérios do MDS:** | Pequeno Porte |

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, ocupa um espaço importante na Prefeitura Municipal de Rondon, assumindo o compromisso ético e político de promover o caráter público da seguridade social estabelecido na Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Para o desenvolvimento da Política de Assistência Social no município de Rondon, a SEMAS assume atribuições de implantar/implementar a política municipal de assistência social em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como sistema articulador e provedor de ações de proteção social básica e especial, afiançador de seguranças sociais, com monitoramento e avaliação de suas ações, processos e resultados, de modo a obter maior eficiência e eficácia nos investimentos públicos e efetividade no atendimento à população.

Conforme explicita a Lei em vigência Nº 1.797/2017 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no município Rondon/PR no Capítulo I das definições e dos objetivos:

**Art. 1º** “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

**Art. 2º** A Política de Assistência Social do Município Rondon tem por

objetivos:

1. - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
2. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
3. o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
4. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
5. a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
6. - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
7. - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
8. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;
9. primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; e
10. centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

**Parágrafo único.** Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais”.

O **Art. 7º** desta mesma Lei dispõe que “O órgão gestor da política de assistência social no Município de Rondon é a Secretaria Municipal de Assistência Social”.

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem por finalidade coordenar a definição e a implementação das políticas sociais no Município de forma integrada e intersetorial.

A ela compete:

* 1. – O combate às consequências geradas pela pobreza como a exclusão social, a garantia de acesso ás políticas públicas essenciais para a vida como educação, saúde, cultura, esporte e lazer e o desenvolvimento de uma política de inclusão social das camadas mais pobres da população;
	2. – Promover a organização da rede de atendimento, execução de programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura, coordenação e implementação de um sistema de supervisão, acompanhamento e avaliação das ações e da prestação de contas da rede pública e filantrópica da assistência social no Município, bem como a definição da relação com as entidades prestadoras de serviços e dos instrumentos legais a serem utilizados;
	3. - Promover e coordenar as ações político-administrativas com relação as esferas estadual e federal, apoiar as atividades relacionadas as ações comunitárias, atuar na orientação e inclusão social e integrar-se aos projetos sociais de outras políticas públicas, que visem o desenvolvimento e o atendimento à população usuária;
	4. – Elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento social;
	5. – Coordenar as estratégias de implementação de planos, programas e projetos de proteção social;
	6. – Coordenar as atividades relativas a direitos humanos e cidadania;
	7. – Coordenar as atividades de política de segurança alimentar e proteção social básica e especial;
	8. - Planejar, coordenar e executar programas e atividades de apoio à pessoa com deficiência, visando a sua reinserção na sociedade;
	9. – Gerir os fundos municipais de Assistência Social, da Criança e do Adolescente e Idoso;
	10. – Avaliar as ações das entidades sociais do Município, aprovando projetos e liberando recursos financeiros e humanos necessários à implementação das atividades das mesmas em parceria com as Instâncias de Controle Social;
	11. – Execução dos demais serviços públicos municipais que estejam compreendidos no seu âmbito de atuação.

A Secretaria tem ainda como atribuições a organização da rede de atendimento pública e privada de assistência social, execução de programas, projetos, benefícios e serviços, captação de recursos financeiros, proposição dos recursos humanos necessários e apoio a participação popular e controle social.

# ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A SEMAS tem sua equipe dividida de acordo com os programas que desenvolve, além de profissionais que são referência da gestão.

O **Art. 8º** da Lei Nº 1.797/2017 “O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Rondon organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

1. - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
2. - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos”.

# COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – RECURSOS HUMANOS

A SEMAS conta hoje com 29 (vinte e nove) funcionários, (17 estatutário; 01 emprego público; 03 comissionados; 02 estagiários; 06 sem vínculo permanente - Oficineiros e Conselheiros Tutelares) de diversas formações, distribuídos nos 05 (cinco) equipamentos públicos de atendimento, sendo eles: a SEDE/Orgão Gestor; um CRAS – Centro de Referência da Assistência Social; um CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; um CICAR – Centro Integrado da Criança e do Adolescente de Rondon; um Conselho Tutelar; localizados no território municipal, formando assim o quadro de profissionais e trabalhadores do SUAS e prestadores de serviço.

|  |
| --- |
| **QUADRO DE SERVIDORES** |
| **CARGO/FUNÇÃO** | **QUANTIDADE** |
| **Assistente Social** | 03 |
| **Assessor Jurídico** | 01 |
| **Coordenador do CICAR** | 01 |
| **Coordenador do CRAS** | 01 |
| **Coordenador do CREAS** | 01 |
| **Conselheiro Tutelar** | 05 |
| **Educador Social** | 02 |
| **Motorista** | 02 |
| **Auxiliar Administrativo** | 02 |
| **Psicólogo** | 02 |
| **Secretária Municipal** | 01 |
| **Serviços Gerais** | 05 |
| **Estagiários** | 02 |
| **Oficineiros** | 01 |

# CONTROLE SOCIAL

A Resolução CNAS nº237/2006 define o Controle Social como o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Ele representa a capacidade que a sociedade organizada tem de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. Os conselhos de políticas e de defesa de direitos, tais como os Conselhos de Assistência Social são formas democráticas de controle social.

A intervenção participativa tem três dimensões: a política, a ética, e uma que podemos chamar de técnica e/ou administrativa, que consiste no acompanhamento do ciclo de elaboração, monitoramento e avaliação da política pública, incluindo a fiscalização, controle e avaliação da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios executados pela rede socioassistencial tanto pública quanto privada. Esse controle da gestão pública tem suas bases legais nos princípios e direitos constitucionais fundamentais, como o inciso LXXIII, art. 5º, da Constituição Federal, que estabelece o mecanismo de ação popular e o § 2º do inciso IV do art. 74, que dispõe que qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Na Assistência Social, em particular o inciso II, art. 204 da Carta Maior, estabelece que nesse campo as ações governamentais tenham como diretrizes, dentre outras, a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da Política e no controle das ações em todos os níveis”.

O funcionamento dos Conselhos de Assistência Social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 [art. 204] enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.

Assim, como forma de essa participação, foi instituída pela Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em seu artigo 16 que, as instâncias Deliberativas do sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil são: os Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

De acordo com a Lei Municipal Nº 1.797/2017 no seu Art. 22**.** “O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil”.

É importante ressaltar que a conquista da participação popular como direito não se trata apenas da participação nos Conselhos. Esse é um espaço privilegiado, mas não o único espaço de participação. Porém, os conselhos devem exercer seu papel político, que é outra importante dimensão de atuação.

# CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RONDON - CMAS

* + 1. **Identificação**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do Presidente: | Cleusa Maria Guelfi Oliveira |
| Representação: | Não Governamental |
| Número de conselheiros: | Dezesseis (oito titulares e oitosuplentes) |
| Endereço: | Avenida Rio de Janeiro, 479 |
| Bairro: | Centro |
| Telefone: | (44) 3672-1637 |
| E-mail do CMAS: | assistenciasocial@rondon.pr.gov.br |

# Organização do Conselho Municipal de Assistência Social de acordo com suas atribuições

O Conselho Municipal de Assistência Social de Rondon, criado pela Lei nº. 990 de 25 de agosto de 1995, alterado através das Leis: Nº 1.404/2009 e Lei Nº 1.797/2017 em seu **Art. 19.** “Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Rondon, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período”.

A referida Lei, em seu Capítulo IV apresenta as seguintes competências:

**Art. 23.** Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

1. - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
2. - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;
3. - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
4. - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
5. - aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
6. acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;
7. acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;
8. normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
9. apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;
10. apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;
11. alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;
12. zelar pela efetivação do SUAS no Município;
13. zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;
14. deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
15. estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais; XVII-apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;
16. acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
17. fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;
18. planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados à atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XXI - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados FMAS;

1. aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
2. orientar e fiscalizar o FMAS;
3. divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.
4. receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;
5. deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;
6. estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.
7. realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social;
8. notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;
9. fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;
10. emitir resolução quanto às suas deliberações;
11. registrar em ata as reuniões;
12. instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.
13. zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;
14. avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

O Conselho Municipal de Assistência Social assim como os demais conselhos vinculados a SEMAS se reúnem na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social. As reuniões ordinárias acontecem mensalmente, ou conforme a necessidade existente. Para organização e articulação de suas ações, contam com uma Secretária Executiva à disposição dos Conselhos.

# INSTÂNCIAS DE CONTROLE VINCULADAS À ÀREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL

Conforme já exposto, os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democráticada população na formulação e implementação de políticas públicas. Sendo assim, a SEMAS apoia e fomenta a criação de consellhos específicos a cada política pública, como forma de empoderamento de todos os seguimentos sociais. Além do Conselho Municipal de Assistência Social, encontram-se hoje ligados a esta Secretaria os seguintes conselhos:

# Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Criado pela Lei Municipal nº. 863, de 17 de dezembro de 1991 - com alterações através das leis: - Lei Municipal nº. 1202/2004; - Lei Municipal nº. 1420/2009 – 25/09/09; Lei Municipal nº. 1656/2013 – 10/12/13 e Decreto nº. 3993/2013 – 21/06/13.

# Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA

Criado pela Lei Municipal nº. 1330/2007 – 16/10/2007 – composta por

18 (dezoito) membros titulares e suplentes, com alteração de: - Lei nº 1523/2011 – 24/06/11 e Decretos nº 3026/2008 – 30/10/2008; nº. 3479/2011 – 28/06/2011; nº. 4002/2013 – 10/07/2013; nº 1780/2017.

# Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI

Criado pela Lei Municipal nº 1.321/2007 – 20/07/2007 – composto por 08 (oito) membros titulares e suplentes, com alteração dos Decretos nº3245/2009 – 17/12/2009 e Decreto nº3709 - 19/07/2012.

# Conselho Municipal da Habitação e Interesse Social - CMHIS

Criado pela Lei Municipal nº. 1.539/2011- 07/11/2011; com alteração de Decreto nº 3941/2013 – 12/04/2013.

# A CIDADE DE RONDON

* 1. **HISTÓRICO**

O Município de Rondon teve sua emancipação política administrativa em 03 de dezembro de 1955. Este município está a 557 km da capital Curitiba, localizado ao Noroeste Paranaense, pertencendo a Microrregião 11 da Amenorte. De acordo com as estatísticas do IBGE de 2010, possui uma área de 556,086 km², sendo a densidade de 16,18 habitantes por km². O clima caracteriza-se sendo subtropical úmido mesotérmico, com temperatura média de 20°C. Hoje o município pertence à comarca de Cidade Gaúcha e comarca eleitoral na cidade de Paraíso do Norte. Segundo o censo do IBGE de 2010, a população estimada de Rondon era de 8.996 habitantes já em 2021 segundo (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/rondon/panorama>, em Novembro/2021) apresenta uma estimativa de 9.664 habitantes.

Rondon tem como limites as cidades: ao norte: Paraíso do Norte; ao sul Tapejara; a leste: Indianópolis e São Manoel do Paraná; e a oeste: Cidade Gaúcha e Guaporema.

O município possui um distrito chamado Bernardelli, distante á 22 km do município, onde residem 43 famílias sendo 90 pessoas (Dados da UBS NIS II do distrito de Bernadelli 25/11/2021), dentre elas 06 famílias recebem o Benefício do “Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil”. (Dados de Novembro de 2021).

Rondon tem como principal fonte de emprego a usina de açúcar e álcool, o abatedouro de aves e a Prefeitura Municipal de Rondon. Outras fontes de renda como a criação de aves, indústrias de confecções, criação de bovinos e o cultivo de lavouras em geral.

 A variação climática (chuva e seca) da região, a ausência de garantia trabalhista impossibilita viver em condições dignas como o acesso às necessidades básicas, de moradia, aposentadoria, auxílio doença, entre outros. Esta realidade coloca tais pessoas como público alvo da Política de Assistência Social do município de Rondon/PR.

# CARACTERÍSTICAS GERAIS

O município na área de Saúde:

**REDE FÍSICA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TIPO DE ESTABELECIMENTO** | **SUS** | **PARTICULAR** |
| ACADEMIA DA SAÚDE | 1 | 0 |
| CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BASICA DE SAÚDE | 2 | 0 |
| CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO ESPECIALIZADO | 1 | 1 |
| CONSULTORIO | 0 | 7 |
| HOSPITAL GERAL | 1 | 0 |
| POSTO DE SAÚDE | 2 | 0 |
| SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE) | 1 | 0 |
| UNIDADE DE SERVIÇO DE DIAGNOSE E TERAPIA  | 1 | 1 |
| UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSP-URGÊNCIA/EMERGÊN | 1 | 0 |

 O município conta com 03 equipes de Estratégia Saúde da Família, cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e divididas da seguinte forma:

 • Equipe Saúde da Família – ESF 01 – Programa Territorial Saúde da Família Zona Sul;

 • 1.2. Equipe Saúde da Família – ESF 02 – Programa Territorial Saúde da Família Zona Norte;

 • 1.3. Equipe Saúde da Família – ESF 03 – RURAL - Programa Territorial Saúde da Família Zona Leste Oeste.

 Equipe Saúde da Família – ESF 01 – Programa Territorial Saúde da Família Zona Sul: A equipe ESF 01 faz cobertura da zona urbana, distribuídas em 05 micro áreas, composta por 01 médica, 01 enfermeira, 01 técnico de enfermagem e 05 agentes comunitários (as) de saúde. Também faz parte dessa equipe 01 cirurgião dentista, 01 técnico de saúde bucal e 01 auxiliar em saúde bucal.

 Equipe Saúde da Família – ESF 02 – Programa Territorial Saúde da Família Zona Norte: A equipe ESF 02 faz cobertura da zona urbana, distribuídas em 05 micro áreas, composta por 01 médico, 01 enfermeira, 01 técnico de enfermagem e 05 agentes comunitários(as) de saúde.

 Equipe Saúde da Família – ESF 03 – RURAL - Programa Territorial Saúde da Família Zona Leste Oeste: A equipe ESF 03 faz cobertura da zona rural, distribuídas em 04 micro áreas, composta por 01 médico, 01 enfermeira, 02 técnico de enfermagem e 03 agentes comunitários (as) de saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde conta com 91 servidores com diferentes vínculos empregatícios: estatutários, celetistas, contratos temporários, estagiários, distribuídos entre nível central e local.

O Município na área da Educação:

 O Sistema Educacional Brasileiro compreende três etapas da Educação Básica: a educação infantil (para crianças de zero a 5 anos), o ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). Municípios e estados devem trabalhar de forma articulada para oferecer o ensino fundamental. Já o ensino médio, com duração de três anos, é de responsabilidade dos estados.

 O ensino fundamental é obrigatório. Isso significa que toda criança e adolescente entre 6 e 14 anos deve estar na escola, sendo obrigação do Estado oferecer o ensino fundamental de forma gratuita e universal, conforme Lei Federal, nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

 Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 97,35%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 82,24%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 60,70%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 40,54%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 52,81 pontos percentuais, 31,34 pontos percentuais, 29,62 pontos percentuais e 20,69 pontos percentuais. A realidade do Municipio de Rondon Compreende:

 **Educação Infantil**

Oferta de educação infantil, 2018

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Escola** | **Situação** | **Dependência** | **Número De Alunos** |
| **Creche** | **Pré- escola** | **Total** |
| CMEI - Menino Deus de Rondon | Ativa | Municipal | 137 | 104 | 241 |
| CMEI- Ana Mendes Ferreira |  Ativa |  Municipal |  79 |  83 |  162 |
| Escola Municipal do Campo Agrupada de Bernardelli | Ativa | Municipal | 07 | 07 | 14 |
| Escola de Ensino Especial Rosa Azul - Apae | Ativa | Privada/Filantrópica | 09 | 06 | 15 |
| Escola Associação Passos do Saber | Ativa | Particular | 05 | 17 | 22 |
| **TOTAL** |  |  |  |  | **454** |

### **Ensino Fundamental**

**.** Oferta do Ensino Fundamental, 2018

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Escola** | **Situação** | **Dependência administrativa e localização** | **Número de Alunos** |
| **Anos Iniciais** | **Anos Finais** | **Total** |
| Escola Municipal do Campo Agrupada de Bernardelli | Ativa | Municipal Rural | 07 | 0 | 07 |
| Escola Municipal Marechal Castelo Branco Ensino Fundamental – Anos Iniciais | Ativa | Municipal Urban | 701 | 0 | 701 |
| Escola de Ensino Especial Rosa Azul- Apae | Ativa | Privada/Filantró pica – Urbana | 30 | 0 | 30 |
| Escola Associação Passos do Saber | Ativa | Particular Urbana | 41 | 0 | 41 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Escola** | **Situação** | **Dependência administrativa e localização** | **Número de Alunos** |
| **Anos Iniciais** | **Anos Finais** | **Total** |
| Colégio Estadual Almirante Barroso | Ativa | Estadual Urbana |  | 472 | 472 |
| **TOTAL** |  |  |  |  | **1251** |

###  **Ensino Médio**

Oferta da Ensino médio, 2018

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Escola** | **Situação** | **Dependência** | **Localização/ Zona da escola** | **Número de Alunos** |
| Colégio Estadual Castro Alves | Ativa | Estadual | Urbana | 355 |

**Educação de Jovens e Adultos - EJA** Oferta da EJA no Município, 2018

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Escola** | **Situação** | **Dependência** | **Número De Alunos** |
| **Anos Iniciais** | **Anos Finais** | **Ensino Médio** | **Total** |
| Escola Municipal Marechal Castelo Branco EJA Fase I | Ativa | Municipal | 11 | 0 | 0 | 11 |
| Colégio Estadual Almirante Barroso | Ativa | Estadual Urbano | 0 | 30 | 30 | 60 |
| Escola de Ensino Especial Rosa Azul- APAE | Ativa | Privada/ Filantrópica | 35 | 0 | 0 | 35 |
| **Total** |  |  |  |  |  | **106** |

A Assistência Social no Município de Rondon/PR:

 Já na área da Política da Assistência Social, o município de Rondon/PR, encontra-se na gestão básica aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no dia 11 de agosto de 2005 ATA nº 121/2005.

Hoje a rede de atendimento da Assistência Social conta com:

 Um equipamento CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que desenvolve o “**Programa Recomeçar-Tenho Nome e Sobrenome**” **de proteção básica**, onde estão inseridos os diversos Programas, Projetos, Serviços, Benefícios e Ações desenvolvidos: Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; Auxilio Brasil; Programa BPC Na Escola; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo – SCFV; Benefício de Prestação Continuada; Programa Nossa Gente Paraná, Programa Criança Feliz; Benefícios Eventuais Lei Nº 1.797/2017 e art. 22 da Lei nº 8.742/93 - LOAS.

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

 No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2021 era de **1.329** dentre as quais:

290 com renda per capita familiar de até R$ 89,00;

156 com renda per capita familiar entre R$ 89,01 e R$ 178,00;

548 com renda per capita familiar entre R$ 178,01 e meio salário mínimo;

335 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

 O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de outubro de 2021, **237 famílias**, representando uma cobertura de 138,6 % da estimativa de famílias pobres no município. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 24.747,00 no mês.

 Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2019, atingiu o percentual de 90,2%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 185 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 205. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 68,1%, resultando em 32 jovens acompanhados de um total de 47.

Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de dezembro de 2019, atingiu 93,3 %, percentual equivale a 573 pessoas de um total de 614 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

 O trabalho socioassistencial no CRAS é desenvolvido por equipe multidisciplinar, realizando atendimento/acompanhamento com as famílias/indivíduos, visita domiciliar, trabalhos em grupos, campanhas, participação em comitês municipais e conselhos de direitos, entre outras ações pertinentes ao bom desenvolvimento do trabalho.

 Um CICAR (Centro Integrado da Criança e do Adolescente de Rondon). Serviço Desenvolvido: É um espaço onde é desenvolvido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo – SCFV **de 06 (seis) anos a 14 anos de idade** com

capacidade de atendimento de 60 (sessenta) vagas no total), sendo este serviço referenciado ao CRAS.

 Um equipamento CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), onde desenvolve o **“Programa Recomeçar-Tenho Nome e Sobrenome” de proteção especial de média complexidade**, sendo inseridos os seguintes serviços e ações:

**1)** **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos –PAEFI** neste serviço são inseridas pessoas idosas e ou com deficiência vítimas de negligência ou abandono e ou violência intrafamiliar. São incluídas Mulheres vítimas de violência intrafamiliar e famílias de Criança e Adolescentes em situação de Trabalho Infantil, vítimas de abuso sexual, vítimas de exploração sexual, vítimas de negligência ou abandono, vítimas de violência intrafamiliar, dentre outras. As ações desenvolvidas é por equipe multidisciplinar, principalmente visita domiciliar, atendimento psicossocial individual, familiar e em grupos, ações de prevenção em rede social, teatros para rede escolar, panfletagem, faixas e palestras. Entre outras ações, a equipe faz a articulação com a rede municipal participando de diversas campanhas como também os membros da equipe são inseridos nos comitês municipais e conselhos.

**2)** **Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa-LA/PSC.** Neste Serviço são inseridos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA/PSC e bem como seus familiares. Sendo em primeiro momento construído junto com a família do adolescente o PIA (Plano Individual de Atendimento).

O Município na área da Divisão de Esporte e Cultura**:**

Rondon conta com os seguintes locais para realização e pratica de eventos na área de Esporte, Cultura e Lazer:

* Casa da Cultura;
* Biblioteca Cidadã;
* Estádio de Futebol;
* Quadra Poliesportiva;
* Campo de Futebol de Areia e Ginásio de Esporte com API e Parque Infantil;
* Área de Esporte de Lazer com Pista de Caminhada, Pista de Skate e Pista de Patins, API, ATI e Concha Acústica
* Pista de Caminhada, ATI e Parque Infantil na Avenida Brasil
* ATI - Ginática para Idosos - Vila Rural;
* ATI - Ginática para Idoso - Avenida Espanha;
* ATI - Ginastica para Idoso - Bernardelli;
* ATI - Ginástica para Idoso - Praça Conjunto São Pedro;
* ATI e Pista de Skate na Avenida Mato Grosso;
* Parque Infantil no Distrito de Bernardelli;
* Quadra de Esporte no Distrito de Bernardelli;
* Quadra de Esporte no Distrito de Vila Rural;
* Campo de Futebol no Distrito de Bernardelli;
* Quiosque no Centro do Distrito de Bernardelli;
* Campo de Bocha;
* Campo de Futebol Suiço da Associação dos Funcionários Municipais

### Programas Culturais e Esportivos/Cursos realizados, clientela atendida

* Curso/Teatro – Aulas de Violão - Aulas de Viola – Fanfarra - Escolinha de Futebol de Campo e de Salão, Handebol e volei.

Público Atendido: estudantes e pessoas da comunidade que manifestam interesse.

### Eventos/Festas Típicas

* Rodeio;
* Festa do padroeiro São Pedro;
* Festa das Capelas Rurais, Bernardeli, Vila Rural, Tronquini
* Encontro e Motociclistas – Rotary
* Pedaladas de concientizção, Rotary e outras entidades
* Acampamentos, encontros religiosos
* Festa da APAE;
* Cavalgada;
* Torneio de laço;
* Festas juninas;
* Festa do dia das crianças;
* Campeonatos municipais e regionais de futebol, futsal, handebol e volei.

# CONSELHOS MUNICIPAIS:

 **Em relação há Conselhos Municipais:** temos um total de 12 conselhos, sendo estes: Conselho Municipal da Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho Municipal da Saúde; Conselho Municipal da Educação; Conselho da Alimentação Escolar; Conselho do FUNDEB; Conselho Municipal da Defesa Civil; Conselho Municipal do Trabalho e o Conselho Municipal de Segurança.

 **CONSELHO TUTELAR -** O município de Rondon/PR, conta também com um Conselho Tutelar. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) Art. 132, estabelece no mínimo um Conselho Tutelar, no que este de acordo com o CMDCA encontra-se ativo e vem desenvolvendo seu papel neste município.

 Os Conselhos Tutelares, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), são criados por lei para garantir que, nos municípios, a política de atendimento à população infanto-juvenil seja cumprida. Estes órgãos devem ser procurados pela população em caso de suspeita ou denúncia de violação dos direitos de crianças e adolescentes, à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

 Quando comprovada a denúncia, cabe ao conselheiro tutelar acionar os demais atores da rede de proteção à infância e adolescência, como as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, e as instâncias do Poder Judiciário, como o Ministério Público e os Juizados da Infância e Juventude.

 Além de atender a denúncias, o conselheiro tutelar também deve estar atento à realidade de sua comunidade, atuando na prevenção de situações que ponham em risco os direitos de meninos e meninas.

 Os conselheiros tutelares são escolhidos pela própria comunidade em processo eleitoral conduzido pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Para concorrer ao cargo, é necessário que o cidadão atenda a três requisitos estabelecidos pelo Estatuto: ter reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residir no município. Em Rondon o Conselho Tutelar funciona em sede própria. A manutenção das atividades é custeada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

# A REDE SOCIOASSISTENCIAL

 Conforme mencionado a cima a rede sociassistencial de Rondon/PR é composta por um conjunto integrado de serviços direcionados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

 O presente Plano propõe a articulação entre os serviços socioassistenciais, organizados pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade. Respeitando os preceitos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, visando consolidar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Rondon, de forma a viabilizar a garantia dos direitos aos usuários da política da assistência social.

# REDE PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

 A Política Nacional de Assistência Social conforme a Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, estabelece que o objetivo da proteção social básica é: “Prevenir situações de risco, desenvolvendo potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

 Conforme ainda a Resolução supracitada, o público alvo é “a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilidade de vínculos afetivos relacionais e fortalecimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências dentre outras)”.

 A Resolução nº. 109 de 11/11/2009 define a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, onde padroniza os Serviços de Proteção Social Básica e Especial. No município de **Rondon/PR** a Lei **Nº 1.797/2017 dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, como disposto o Capítulo III da Gestão e Organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como retrata os artigos seguintes: Art. 5º** “A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

 **Parágrafo único.** O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

 **Art.6º** O Município de Rondon atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo- lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito”.

 Em Rondon, a Assistência Social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção de acordo com a Lei **Nº 1.797/2017**:

- proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

1. - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

# Proteção Social Básica

 Como já fora descrito acima no item 4.2, Rondon/PR possui um equipamento CRAS, onde são desenvolvidos os Programas, Projetos, Serviços, Benefícios e Ações de proteção básica. “O CRAS é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS. Isso significa que os serviços devem estar sempre em contato com o CRAS, no respectivo território de abrangência, tomando-o como ponto de referência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, sem prejuízo das atividades do PAIF, que deve ser ofertado exclusivamente pelo CRAS. Já os demais serviços, quando desenvolvidos no território do CRAS por outra unidade pública ou entidade/organizações de assistência social devem ser, obrigatoriamente, referenciados ao CRAS. É importante que o CRAS seja instalado em local próximo ao território vulnerável e de risco, a fim de garantir o efetivo referenciamento das famílias e seu acesso à proteção social básica”. (CADERNO DE ORIENTAÇÕES - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Articulação necessária na Proteção Social Básica, pag. 07 Brasília 2016).

 No tocante Rondon/PR vem desenvolvendo o **“Programa Recomeçar-Tenho Nome e Sobrenome”** onde abarca os seguintes Programas, Projetos, Serviços, Benefícios e Ações de proteção básica:

* + - 1. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, no que d**e acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), “o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho social continuado do PAIF deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço”.

Em Rondon todos os serviços de proteção social básica, são desenvolvidos ou referenciados em um único CRAS, em especial o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mantendo articulação com o PAIF.

 A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas demandas e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

# Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

 Este serviço é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

 Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

 Com a articulação com o PAIF, vem promovendo o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sócio familiar da política de assistência social.

 No município, esse serviço é oferecido a públicos diferenciados, com metodologias específicas, conforme preconizado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

# Cadastro Único

 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, atendidas como aquelas que têm:

* + renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou
	+ renda mensal total de até três salários mínimos.

 O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

 O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

 O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério da Cidadania (MC), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família/Auxilio Brasil.

Suas informações são regulamentadas pelo [Decreto nº 6.135/07](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/e844014172a8f2ea778f2fae8a8dc423), pelas [Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/7d4af9240675d90af106cb55bb1b79ba), e [nº 274, de 10 de outubro de](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/39cbfd50acfb8e8d98c03858b5be68da) [2011](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/39cbfd50acfb8e8d98c03858b5be68da), e [Instruções Normativas nº 1](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/da7e2f90fea7e4be0caff1c02d0105e9) e [nº 2, de 26 de agosto de 2011](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/3824c6f515b85e2de8454b02d3b16bb5), e as [Instruções Normativas nº 3](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/4a05046f695fe942929acb41ae14955d) e [nº 4, de 14 de outubro de 2011](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/resolveuid/3edebd8a7422f6cb43a9ea2e3fe124ad), e podem

também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais.

 Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.

 Em Rondon o “Cadastro Único” e bem como o “Auxílio Brasil” acontece dentro do Órgão Gestor, visando a articulação dos serviços.

# Auxílio Brasil

 O Auxiíio Brasil é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza.

 Dispõe de benefícios financeiros, definidos pela Lei nº. 10.836/04, que são transferidos mensalmente às famílias beneficiárias. As informações cadastrais das famílias são mantidas no Cadastro Único para Programas Sociais, e para receber o benefício é levada em consideração a renda mensal per capita da família e também o número de crianças e adolescentes até 17 anos e 11 meses.

 O meio de identificação do beneficiário é o Cartão Social Auxílio Brasil. O cartão é magnético e personalizado, emitido para o responsável familiar. É utilizado para o saque integral dos benefícios em toda a rede da Caixa Econômica Federal.

 O CRAS objetiva realizar busca ativa para cadastrar novas famílias e atingir a meta da ampliação do Auxílio Brasil. Cabe também ao Auxílio Brasil o recadastramento dos beneficiários e acompanhamento das condicionalidades e ações articuladas entre as secretarias envolvidas, Assistência Social, Educação e da Saúde.

#  Benefícios Eventuais

 Os Benefícios eventuais compõem junto com o Benefício de Prestação Continuada o conjunto de benefícios assistenciais no âmbito da Política de Assistência Social. Os benefícios eventuais estão previstos no art. 22 da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS). Eles são benefícios da Política de Assistência Social de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Os benefícios eventuais integram as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, portanto os seus beneficiários também são potenciais usuários dos serviços socioassistenciais do município.

# Benefício de Prestação Continuada- BPC

 “O Benefício de Prestação Continuada- BPC da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

 Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente.

 As pessoas com deficiência também precisam passar por avaliação médica e social realizadas por profissionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. No entanto, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte.

 A gestão do BPC é feita pelo Ministério da Cidadania (MC), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do benefício. A operacionalização é realizada pelo INSS”.

 Em Rondon, o indivíduo e sua família procura o CRAS para esclarecer dúvidas sobre os critérios do benefício e sobre sua renda familiar, recebe orientação sobre o preenchimento dos formulários requisitados e faz os encaminhamentos e agendamentos necessários.

 O indivíduo que passa ser beneficiário do BPC são inseridos conforme avaliação previa da equipe dentro dos demais programas, projetos e serviços, bem como a sua família são acompanhados e encaminhados para a rede de serviço.

# BPC na Escola

O Programa BPC na Escola tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Isso é feito por meio de ações intersetoriais com a participação da União, estados,municípios e do Distrito Federal. É uma iniciativa interministerial, que envolve os ministérios da Cidadania (**MC**), da Educação (**MEC**), da Saúde (**MS**) e a Secretaria de Diretos Humanos (**SDH**).

 Entre os principais objetivos estão a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de Assistência Social, de Educação, de Saúde e de Direitos Humanos. Para identificar essas barreiras, são aplicados questionários aos beneficiários durante visitas domiciliares. Posteriormente, é realizado o acompanhamento dos beneficiários e de suas famílias pelos técnicos dos CRAS, e concomitantemente os “grupos gestores” instituídos pelos municípios realizam ações intersetoriais a fim de superação das barreiras identificadas através dos questionários aplicados com as famílias. Em Rondon o CRAS vem aplicando os questionários e realizando os acompanhamentos necessários. No ano de 2018 foram aplicados um total de cinco questionários no qual as informações já foram inseridas no sistema. O atual questionário é composto por 119 perguntas.

# Programa Nossa Gente Paraná

 O Programa Nossa Gente Paraná destina-se à proteção e promoção das famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social no Estado do Paraná, integrando ações das áreas de assistência social, habitação, agricultura e abastecimento, trabalho, saúde, educação, esporte e lazer, segurança alimentar e nutricional, entre outras.

 A SEJUF, por meio da UTPFP, coordena a execução do Programa, que se estabelece com a parceria entre Governo do Estado e Municípios e por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua. Público-Alvo:

**F**amílias em situação de alta vulnerabilidade social, segundo Índice de Vulnerabilidades das Famílias - IVF/PR (Percentil75)

 Para definir as famílias em situação de alta vulnerabilidade social utiliza-se a base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico. Nela é aplicado o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná – IVF-PR, para medir a vulnerabilidade e elencar hierarquicamente as famílias, priorizando-as.

 Objetivos: promover a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de um conjunto de ações, serviços e benefícios planejados de acordo com a realidade de cada família e do território onde ela reside; promover a integração entre as políticas públicas; estabelecer diretrizes, orientar e assessorar os municípios para o acompanhamento familiar intersetorial; viabilizar cofinanciamento de ações, serviços e benefícios; fomentar a integração das políticas sociais de âmbito municipal, com vistas a promover, aprimorar e desenvolver ações e serviços intersetoriais voltados às famílias beneficiárias; promover a Busca Ativa, o Cadastramento e o Acompanhamento das Famílias em situação de vulnerabilidade social; contribuir para a autonomia das famílias, por meio da transferência de renda e da execução de projetos complementares, da qualificação profissional e do acompanhamento familiar intersetorial; promover estudos, pesquisas e indicadores sobre as condições de vida das famílias e sobre a gestão dos serviços no Estado e nos municípios.

 Rondon/PR, através do CRAS vem desenvolvendo este Programa atrelado ao Comitê Local (Portaria Nº 7547/2021) e o Comitê Municipal (Portaria Nº 7546/2021), conforme reuniões previamente agendadas a fim de discutir o acompanhamentos das famílias e ações pertinentes a cada uma que são aferidas ao programa.

* 1. **Programa Criança Feliz**

 O Programa Criança Feliz surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a seus pequenos meios para promover seu desenvolvimento integral.

 É uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância que traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

 Foi instituído por meio do [Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/decretos/arquivos/decreto-8-869-05-10-2016.pdf/download), e alterado pelo [Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9579.htm), de caráter intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Tem como objetivo:

- Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
o Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem;
- Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

 O Criança Feliz tem como público prioritário:

a)        gestantes, crianças de até 3 (três) anos e suas famílias beneficiárias do Bolsa Família;

b)        crianças de até 6 (seis) anos e suas famílias beneficiárias do BPC2;

c)         crianças de até 6 (seis) anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

# Proteção Social Especial

 A Proteção Social Especial (PSE) destina-se às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. Tem dois níveis de complexidades, sendo eles média e alta complexidade, conforme descritos a seguir:

# Média Complexidade

 Oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados. No município contamos com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

 Em Rondon/PR o CREAS possui equipe conforme NOB/RH-SUAS, que articula todos os serviços relativos ao nível da Proteção Social de Média Complexidade e vem desenvolvendo o “Programa Recomeçar-Tenho Nome e Sobrenome” relativo aos serviços de média complexidade oferecendo os seguintes serviços:

# Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

 Este é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

 O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula- se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

O município de Rondon vem atendendo principalmente pessoas idosas, famílias/crianças e adolescentes e mulheres inseridos no PAEFI que vivenciaram violações de direitos por ocorrência de:

Violência física, psicológica e negligência;

Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;

Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida

socioeducativa ou medida de proteção;

Tráfico de pessoas;

Situação de rua e mendicância;

Abandono;

Vivência de trabalho infantil;

Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;

 Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;

Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

# Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

 O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso aos direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessária à observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

 No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

# b) Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

 Este serviço está sendo realizado pela equipe do CREAS que vem efetuando intervenções junto as famílias com pessoas com deficiência e idosas com algum grau de dependência, agravadas por violações de direitos. Enquadram-se nessa situação pessoas que convivem com a negligência familiar dentre outros fatores que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da sua autonomia. A ação da equipe é pautada na defesa de direitos e identificação das necessidades do usuário e sua família, possibilitando o posterior acesso a programas e benefícios que permitam melhor estruturação familiar, objetivando diminuir a exclusão social tanto do dependente como do cuidador e as fragilidades do convívio familiar.

# Alta Complexidade

 Este nível de complexidade oferta atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

 Rondon/PR não possui serviços de alta complexidade, porém estabelece convênios conforme demanda, no momento trabalha com 02 (duas) unidades de atendimento integral para criança e adolescente, que vem oferecendo os seguintes serviços:

**Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes:**

 O Acolhimento provisório e excepcional é disponibilizado para crianças e

adolescentes de ambos os sexos, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Sendo estes em dois lugares: uma Casa Lar “Família Feliz” localizada no município de Cidade Gaúcha/PR e outro localizado no município de Altônia/PR “Centro Assistencial Nova Vida – CANV”. Já em se tratando de “Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência”, este serviço promove o apoio à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com oferta de acompanhamento das famílias atendidas, e procedimentos cabíveis. O município tem a Defesa Civil, vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que gerencia estas ações. A Secretaria Municipal de Assistência Social trabalha como parceira.

# REDE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

 A Rede Privada de Assistência Social é composta por entidades e organizações não governamentais estabelecidas no município, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. Para o SUAS, tais instituições são parceiras imprescindíveis para a execução da Política de Assistência Social. Cabendo ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, avaliar e fiscalizar as mesmas, sobretudo quando existe cofinanciamento de ações com recursos públicos.

 Rondon tem hoje 01 (uma) instituição nesta condição:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  **Entidade** | **Ano de Criação** | **Público Alvo** | **Nível de Proteção** |
| APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon – Escola Rosa Azul – modalidade educação Especial. | 10/04/1976 | Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos, idosos e suas famílias. | Básica e Especial |

 De acordo com o Plano APAE, a “APAE de Rondon tem por missão promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representá-los perante órgãos públicos e privados, secretários municipais e estadual na perspectiva da inclusão social de seus usuários”.

 O Plano tem como finalidade focar na qualidade dos serviços prestados a pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla Deficiência e Síndromes e Transtorno Global do Desenvolvimento bem como suas famílias, assim como oprimir os serviços ofertados, ampliar a qualidade de atendimento e inovar as estratégias de atuação”.

 O Objetivo dessa Instituição tem como foco a articulação “com as demais políticas públicas, buscando a inclusão social, através do atendimento especializado de serviços de habilitação e reabilitação, a garantia e defesa de direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla e o fortalecimento de vínculos entre usuário, família e comunidade”.

A origem dos recursos se baseia:

* Recursos próprios (promoções);
* Prefeitura Municipal de Rondon/PR;
* SEJUF – Secretaria Justiça, Família e Trabalho;
* Recurso Federal.

 Conforme o Plano de Ação desta Instituição os serviços, programa, projetos e ações a serem executados são:

SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO SÓCIO FAMILIAR - Este serviço é de ação continuada, realizada por equipe técnica especializada de acordo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. As principais ações desenvolvidas são: escuta, estudo social, orientação, encaminhamento, articulação e execução com a rede de serviços socioassistenciais, Políticas Públicas Setoriais e outros.

FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS - Propicia a prevenção de possíveis situações de risco, visando à qualidade de vida e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Trabalhamos os anseios, e expectativa das famílias, de modo que consigam superar momentos críticos de insegurança pessoal e social. Outra ação desenvolvida neste serviço consiste em encontros socioeducativos com os usuários e suas famílias, a partir de diversos temas, informando e orientando sobre os assuntos de interesses e necessidades de todos. O trabalho desenvolvido com as famílias tem a finalidade de acolher, apoiar, orientar, encaminhar suas demandas, bem como desenvolver ações para o fortalecimento das relações interpessoais e dos vínculos afetivos.

DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - As ações de Defesa e Garantia de Direitos são realizadas à medida que as situações de ameaça ou violação de direitos são identificadas. Essas ações são oferecidas na perspectiva de defender e contribuir para a garantia dos direitos, auxiliando na identificação de recursos, trabalhando com rede de serviços do município, tais como Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, CRAS, CREAS, Órgão Gestor, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, entre outros.

CLUBE DE MÃES - É um Projeto que acontece semanalmente, todas as terças- e quintas – feiras no período vespertino das 13h00 ás 16h00h. O objetivo do clube de mães é buscar a participação da família e voluntários, uma vez que é imprescindível para o desenvolvimento do usuário, favorecendo o processo de integração família + escola + comunidade. Oportunizar a vivência em grupo, desenvolver a sociedade, o sentimento de pertencer e de responsabilidade, propiciar a troca de conhecimento.

PALESTRAS: tem como objetivo levarmos conhecimento e a conscientização e esclarecer sobre assuntos da maior importância que nos momentos as famílias estão enfrentando.

PÚBLICO ALVO: Pessoa com Deficiência Intelectual, Múltipla Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Síndromes. Crianças, jovens, adultos e idosos e suas famílias residentes no município de Rondon e do município de Guaporema.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO: São atendidos na Associação De Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Rondon 81 usuários matriculados e suas famílias com capacidade para 100 usuários.

# OBJETIVOS

* 1. **OBJETIVOS GERAIS**

Consolidar o Sistema Único de Assistência Social no município de Rondon, de forma a viabilizar a garantia de direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS - 04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei nº. 12.594/2012), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB–RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93).

# OBJETIVOS ESPECÍFICOS

APRIMORAR as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade no município de Rondon/PR, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

IMPLANTAR novas ações e serviços de acordo com a tipificação e demandas do município tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93).

APOIAR os conselhos enquanto instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição entre governo e sociedade civil conforme legislação nacional, estadual e municipal, como forma de democratizar a gestão.

APRIMORAR as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Política Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção.

# DIRETRIZES

FORTALECIMENTO da Proteção Social Básica como espaço de proteção efetiva e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais.

FORTALECIMENTO da Proteção Social Especial de Média Complexidade como espaço de proteção, apoio, orientação e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de ameaça e/ou violação de direitos.

FORTALECIMENTO da Proteção Social Especial de Alta Complexidade como espaço de garantia de proteção integral, orientação e acompanhamento de indivíduos e/ou famílias com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

FORTALECIMENTO do controle social do SUAS.

FORTALECIMENTO da rede de serviços do SUAS e intersetorialidade com demais políticas.

FORTALECIMENTO da gestão do SUAS a nível municipal.

# CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2021

8.1 INSERÇÃO DOS EIXOS/AÇÕES

|  |
| --- |
| Deliberações para o Município – Totalizando até 10 Deliberações, considerando os 05 Eixos |
| Deliberações | Eixo ao qual está relacionada (Eixo 01; Eixo 02; Eixo 03; Eixo 04; Eixo 05) |
| 1 | Proporcionar meios de divulgação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, através do CMAS e SMAS, a fim de propiciar acesso às informações, objetivando maior autonomia do usuário na busca de direitos, promovendo ampla divulgação de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), objetivando solicitação gratuita do direito que ocorre no escopo da Política de Assistência Social de forma a ampliar e intensificar campanhas sobre violência e violação de direitos junto à população usuária da política da assistência social (mulher, idoso, PCD, criança e adolescente) de maneira a ampliar e fortalecer a rede de serviços socioassistenciais. | 01 | A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades. |
| 2 | Viabilizar que a SMAS efetive a contratação de equipe mínima por meio de concurso público de trabalhadores do SUAS, conforme previsto na NOB/SUAS/RH, com vistas a elaborar e efetivar o plano de carreira, cargos e salários para os funcionários da área da assistência social. | 01 | A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades. |
| 3 | Garantir a estruturação dos equipamentos da Assistência Social, adequando os espaços físicos e recursos humanos, compondo pelo menos a equipe mínima, prevista pela NOB/SUAS/RH. | 02 | Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. |
| 4 | Fortalecer a intersetorialidade visando o desenvolvimento de estratégias onde a utilização dos recursos tenha uma maior abrangência para os usuários atendidos. | 02 | Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. |
| 5 | Promover a articulação dos Conselhos da Assistência Social com os demais Conselhos, visando a integração de esforços, a qualificação das ações e garantia de direitos, e também a valorização das equipes técnicas com mecanismos voltados a formação profissional, a formação de conselheiros, quanto aos recursos tecnológicos e saberes voltados ao estímulo a participação popular e o controle social. | 03 | Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários. |
| 6 | Promover e incentivar a participação permanente e qualificada dos usuários nos equipamentos municipais: CRAS, CREAS, respeitando as diferenças. | 03 | Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários. |
| 7 | Implantar e fortalecer a institucionalização da vigilância socioassistencial no SUAS, bem como a manutenção e o fortalecimento do Cadastro Único como instrumento de diagnóstico de territórios, planejamento dos serviços e ampliação da cobertura da proteção social  | 04 | Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.  |
| 8 | Atuar de forma intersetorial, desenvolvendo estratégias com vistas à ampliação do acesso da população usuária, aos serviços, benefícios, programas e projetos, assegurando a proteção necessária e garantindo condições dignas de vida, como prevê a CF/88 no que tange os diretos sociais. | 04 | Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.  |
| 9 | Oferecer apoio psicológico e assistencial, após reconhecimento da situação de calamidade pública e/ou emergência para a população afetada. | 05 | Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências. |
| 10 | Criar comitê intersetorial com a participação de no mínimo 2 representantes de cada secretaria para identificar as vítimas e as condições em que se encontram, gerando assim discussão de situações de calamidade pública e emergências.  | 05 | Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências. |

|  |
| --- |
| Deliberações do Município para o Estado, considerando os 05 Eixos da Conferência – Total de Deliberações: até 05 |
| Deliberações | Eixo ao qual está relacionada (Eixo 01; Eixo 02; Eixo 03; Eixo 04; Eixo 05) |
| 1 | Promover ampla divulgação de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), objetivando solicitação gratuita do direito que ocorre no escopo da Política de Assistência Social, também intensificando campanhas de violência, violação de direitos à mulher, idoso, pessoa com deficiência, criança e adolescente, ampliando e fortalecendo a rede de serviços socioassistenciais | 01 | A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades. |
| 2 | Maior oferta de recursos financeiros voltados aos benefícios eventuais obedecendo o que está previsto no Art. 22 da LOAS, por meio de repasse fundo a fundo. | 02 | Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. |
| 3 | Capacitar os conselheiros de representatividade Governamental e Não Governamental, semestralmente para o atendimento quanto a instância de controle social. | 03 | Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários |
| 4 | Fortalecer o acesso às seguranças socioassistencias, ampliando recursos financeiros a nível estadual, para a garantia dos benefícios e projetos previstos no SUAS | 04 | Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.  |
| 5 | Garantir repasses de recursos financeiros em todas as esferas de governo, tendo em vista assegurar as famílias e indivíduos o mínimo de direito a sobrevivência digna após as situações de calamidade, e também oferecer apoio técnico e financeiro ao município, após reconhecimento da situação de calamidade pública e/ou emergência | 05 | Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências. |

|  |
| --- |
| Deliberações do Município para a União, considerando os 05 Eixos da Conferência – Total de Deliberações: até 05 |
| Deliberações | Eixo ao qual está relacionada (Eixo 01; Eixo 02; Eixo 03; Eixo 04; Eixo 05) |
| 1 | Promover ampla divulgação de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), objetivando solicitação gratuita do direito que ocorre no escopo da Política de Assistência Social, também intensificando campanhas de violência, violação de direitos à mulher, idoso, pessoa com deficiência, criança e adolescente, ampliando e fortalecendo a rede de serviços socioassistenciais. | 01 | A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades. |
| 2 | Garantir o repasse mensalmente dos recursos pactuados, independente do saldo em conta. (Blocos de financiamento) | 02 | Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. |
| 3 | Ampliar a capacitação dos Conselhos Municipais da Assistência Social, para o fortalecimento do controle social. | 03 | Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários. |
| 4 | Garantir, fortalecer e manter o Cadastro Único para Programas sociais do Governo Federal, com equipe capacitada para atender os cidadãos de forma presencial e com espaço físico adequado, garantido a acessibilidade para a inscrição, e que o cadastro de forma online seja outra alternativa a população. | 04 | Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.  |
| 5 | Garantir repasses de recursos financeiros em todas as esferas de governo, tendo em vista assegurar as famílias e indivíduos o mínimo de direito a sobrevivência digna após as situações de calamidade, e também oferecer apoio técnico e financeiro ao município, após reconhecimento da situação de calamidade pública e/ou emergência | 05 | Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências. |

# DETALHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS PARA O PERÍODO DE 2022-2025.

**Sub ações do CRAS para o período de 2022-2025**

**Objetivo**: Aprimorar as ações e serviços relativos à proteção social básica no município de Rondon, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistênciais do SUAS.

**Diretriz**: Fortalecer a proteção social básica como espaço de proteção efetiva e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** |  **AÇÃO ESTRATÉGICA** | **META** | **METODOLOGIA** | **PERÍODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| 1. Ampliação e reformado espaço físico do CRAS, visando melhorias noatendimento aos usuários do respectivo serviço | 1.1Construção de outras salas: atendiment o, almoxarifa do, áreacoberta com banheiros, ampliação da cozinha, e ampliação da sala de cursos e SCFV. | Elaboração deprojeto para ampliação/reform a, viabilização de fontes de custeio. | X | X | X | X | X | X | X |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Ampliar e qualificar osprofissionais do CRAS. | Contratação 1 Auxiliar administrat ivo, e outro técnico de nívelsuperior. | Contratação viaConcurso Público. | X | X | X | X | X | X | X |
|  |  | Oferecercapacitaçã o permanent e a estes profissionai s e aos demais que atuam no equipamen to. |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Implementar Ações do PAIF | Capacitar100% dos profissionai s, para atuação e acompanh amento das famílias referenciad as. | Qualificar osprofissionais na Proteção Social Básica, para o acompanhament o das famílias referenciadas. | X | X | X | X | X | X | X |
| Elaborar e implantarprotocolos de atendimentos, encaminhamentos efluxograma de funcionamentodos serviços. | Construção dofluxograma defuncionamento detodo oequipamen to | Viabilizar a construção de protocolos e fluxograma. |  | X | X | X | X |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATEGICA** | **META** | **METODOLOGIA** | **PERIODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO** **DE VÌNCULOS** | Capacitar todosos profissionais para atuação no programa. | Oferecercapacitação contínua e permanente aos profissionais que atuam no SCFV. | Contração deAssessoria especializada em capacitações aos profissionais do SCFV. | X | X | X | X | X | X | X |
| Firmar parceriascom demais secretarias para atuação junto aos grupos desse serviço. | Parceriasestabelecidas | Através de outrassecretarias; saúde, educação, trabalho, esporte e cultura. | X | X | X | X | X | X | X |
| Garantir arealização de oficinas lúdicas, culturais, artísticas, geração  de renda, dentre outras. | 100% | Contratação deoficineiros e palestrantes | X | X | X | X | X | X | X |
|  | Garantir recursosmateriais para apoio àsatividades do serviço | Recursosmateriais disponibilizados. | Aquisição dematerias necessários para o desenvolvimento das atividades. | X | X | X | X | X | X | X |
| Aprimorar asatividades do serviço | Atividadesaprimoradas | Aperfeiçoar efomentar a participação e a realização dasatividades com grupos, resgatando valores, histórias prevenindo doenças e violências. | X | X | X | X | X | X | X |
| Realizar atividades com crianças, famílias e comunidade, com o proposito de fortalecimento de vínculos, e previnir situações de exclusão e risco social, juntamente com o PAIF.  |  Promover capacitação para qualificação dos profissionais, ao que se refere o desenvolvimento infanto e juvenil. Encaminhamentos para as políticas públicas e orgãos do Sistema de garantia de Direitos da Criança e adolescente.  | Notificação da ocorrencia de situações de vulnerabilidade risco social.  | X | X | X | X | X | X | X |
| Promoção para o desenvolvimento do convívio familiar e comunitário.  |
| Realização de grupos com as mães e seus filhos para fortalecimento de vinculos familiares.  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATEGICA** | **META** | **METODOLOGIA** | **PERIODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| **BENEFÍCIOS****EVENTUAIS** | Viabilizar aregulamentação daconcessão de benefícios eventuais. | Regulamentara concessão de benefícios eventuais com base na lei Municipal. | Regulamentaçãoda concessão de benefícios eventuais, em conformidade com a Lei Municipal do SUAS - Lei n° 1.797/2017. | X | X | X | X | X |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATEGICA** | **META** | **METODOLOGIA** | **PERIODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| **BENEFÍCIO****DE PRESTAÇÃO CONTINUADA -BPC** | Orientar o usuário parao requerimento do Benefício de Prestação Continuada junto ao INSS;- Promover a divulgação do BPC – Benefício dePrestação Continuada, aos usuários e famíliasatendidas pelos serviços de assistência social no município. | 100% | * Identificar as

famílias que se encontram nos critériosde elegibilidade estabelecidos pelo art. 20 da LeiOrgânica de Assistência Social;* Orientação referente a

documentação específica;* Encaminhamento para o INSS;
* Acompanhamento dos beneficiários e seus

familiares; | X | x | x | x | X | X | x |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | - Orientaçãoreferente a inclusão das famílias em programas sociais disponibilizados pelo município; |  |  |  |  |  |  |  |
| **PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**  | Fortalecimento de experiencias já existentes, promoção da articulação e sinergia das ações em curso das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Direitos Humanos.  | Fortalecer ações planejadas nos territorios, visando ao atendimento integral e integrado às famílias acompanhadas pelo Programa Criança Feliz. |  Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infânci e apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; | X |    X | X | X | X | X | X |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATEGICA** | **META** | **METODOLOGIA** | **PERIODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| **CADASTRO****ÚNICO** | Garantir espaço adequado e equipamento de informática e mobiliários para ofertar atendimento de qualidade ao publico | 100% | Aquisição demobiliários adequados e equipamentos ecnológicos mais avançados conforme a necessidade | X | X | X | X | X | X | X |
| Capacitaçãopermanente da equipe |  100% | Capacitação continuada e suporte financeiro oferecidos pelas esferas. | X | X | X | X |  | X | X |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATEGICA** | **META** | **METODOLOGIA** | **PERIODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| **AUXÍLIO****BRASIL** | Garantir a continuidade doacompanhamento aos beneficiários para que os mesmos mantenham o cumprimento das condicionalidades. | 90% | Realização dabusca ativa e orientações da equipe. | X | X | X | X |  |  | X |
| Manter atualizado o ComitêGestor do Auxílio Brasil | Comitêreestruturado | Realização dasreuniões conforme Plano de Ação. | X | x | X | x | X |  | X |
| Garantir os fluxos de informação entre o programa e demais níveis de atenção | Informações socializadas | Através de cartazes, mídias, folder, site do município, atendimentos entre outros | X | x | x | x | X |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Priorizar o público do Auxílio Brasil e BPC junto aos serviço de proteção básica na inclusão em cursos e atividades em geral. | Públicopriorizado | Vagasdisponibilizadas através de atendimentos, busca ativa e contatos por telefone. | X | X | X | X | X |  |  |
| Capacitação permanente daequipe | 100% | Capacitaçãocontinuada | X | X | X | X |  |  | X |
|  | Sensibilizar os beneficiáriossobre a importância da atualização cadastral do Auxílio Brasil, seus direitos e deveres. | 100% | Reuniões com osbeneficiários do Auxílio Brasil. | X | X | X | X | X |  |  |

# Sub ações do CREAS para o período de 2022-2025

**Objetivo**: Aprimorar as ações e serviços relativos à Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de Rondon, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistências do SUAS

**Diretriz**: Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade como espaço de proteção, apoio, orientação de indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATÉGICA** | **METODOLOGIA** | **META** | **PERÍODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |  **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| CREAS/PAEFI | 1.Atendimento a criança e adolescente nas diversas formas de violências. | * 1. Implantação da Vigilância Socioassistencial a fim de realização de diagnóstico municipal, para levantamento de dados sobre as formas, causas e fatores das violências, e perfil dos agressores.
 | 100% |  | x | x | x | x | x | x |
|  |  |  | 100% | X | X | X | X | X | X | X |
|  |  | 1.2. Visita da equipe técnica no domicílio para a demanda eminente. |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CREAS e o****Serviço de Proteção Social Especial para****Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias.** | 1. Atendimento á pessoa idosa/familiares que tiveram seus direitos violados com orientações e acompanhamentos da Equipe Técnica do CREAS.
 | 2.1- Implantação da Vigilância Socioassistencial a fim de realização de diagnóstico municipal, para levantamento de dados sobre as formas, causas e fatores das violências, e perfil dos agressores. | 100% | X | X | X |  | X | X | X |
|  | * 1. 2.2 Atendimento/acompanhamento á pessoa idosa/familias com direitos violados, através de visitas domiciliares, atendimentos no equipamento, inclusão em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos voltados para pessoa idosa, encaminhamentos para a rede de proteção e demais serviços pertinentes.
	2. Prevenção:

**-** Desenvolvimento de palestras, teatros, e demais atividades lúdicas para a pessoa idosa/familiares, com temas que conscientizem e identifiquem as violências e violações de seus direitos.  - Elaboração de panfletos e faixas preventivas. | 100% | X | X | X | X | X | X | X |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | 1. Atendimento á mulher em situação de violência com orientações e acompanhamentos da Equipe Técnica do CREAS.
 | * 1. Implantação da Vigilância Socioassistencial a fim de realização de diagnóstico municipal, para levantamento de dados sobre as formas, causas e fatores das violências, e perfil dos agressores.
	2. Realização de acolhimento e identificação da demanda objetivando orientações/acompanhamentos e encaminhamentos necessários.
1. - Articulção de grupo/rodas de conversas vislumbrando o fortalecimento/empoderamento feminino no enfrentamento às diversas formas de violências contra a mulher.
	1. Prevenção:
2. Elaboração de panfletos , faixas, vídeos informativos enfatizando a Lei Maria da Penha, palestras orientativas e demais divulgações de materiais pertinentes.
 | 100% | X | X | X | X | X | X | X |
| 1. Orientações e acompanhamentos da Equipe Técnica do CREAS ao Adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas

em meio aberto , determinadas judicialmente. ( LA/PSC).  | 4.0- Planejamento e Elaboração do PIA envios de relatórios ao Poder Judiciário. 4.1- Atendimento/acompanhamento ao adolescente e sua familia, através de visitas domiciliares, atendimentos no equipamento, inclusão em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, encaminhamento para a rede de proteção e demais serviços pertinentes. 1. – Fomentar e implantar rodas de conversas/grupos ao adolescente e suas familias, a fim de prevenir a reincidencia de atos infracionais
 | 100% | X | X | X | X | X | X | X |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CREAS e oServiço de Proteção Social Especial paraPessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias. | 1. Atendimento á PCD pessoa com deficiência/familiares que tiveram seus direitos violados, com orientações e acompanhamentos da Equipe Técnica do CREAS.

  | 5.0 Implantação da Vigilância Socioassistencial a fim de realização de diagnóstico municipal, para levantamento de dados sobre as formas, causas e fatores das violências, e perfil dos agressores.5.1 Atendimento/acompanhamento à pessoa com deficiência e sua familia, através de visitas domiciliares, atendimentos no equipamento, inclusão em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, articulação com Escola Especial- APAE, encaminhamentos para a rede de proteção e demais serviços pertinentes. - Prevenção:5.2 Viabilização de palestras, teatros, vídeos, rodas de conversa e demais atividades lúdicas para a Pessoa com deficiencia/familiares, com temas que conscientizem e identifiquem as violências e violações de seus direitos. | 100% | X | X | X | X | X | X | X |
|  | 1. Atendimento á pessoa em situação de rua, com orientações e acompanhamentos da Equipe Técnica do CREAS.
 | * 1. 6.1 – Realização de abordagem, acolhimento da demanda, identificação dos vínculos fragilizados e/ou rompidos, bem como demais acompanhamentos e encaminhamentos que se fizerem necessários.
	2. 6.2- Implementação de rodas de conversas, com café da manhã, objetivando melhor vínculo e compreensão das subjetividades de cada usuário para demais ações e estratégias, como restabelecimento de vinculos familiares, reinserção no mercado trabalho, provimento de retorno á cidade de familiares ou de origem, e/ou encaminhamentos para a Saúde Mental.

  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATÉGIC A** | **METODOLOGIA** | **META** | **PERÍODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| **GESTÃO** | 1. GarantirRecursos Humanos necessários a todos os níveis deproteção esede da SMASconforme orientações técnicas e necessidade do serviço. | 1.1 A efetivação de profissionais, mediante concurso público, evitando a rotatividade dos mesmos, por contrato com tempo de serviço determinado. | 100% | X | X | X | X | x | X | X |
|  | 2. Viabilizar aimplantação da vigilância socioassistêncial nomunicípio | 2.1 Realização de capacitação | 100% | X | X | X | X |  | X | X |
|  | 3. Estudo deviabilidade da realização de Plano de Cargos, | Compor dentro da Secretaria uma comissão responsável para a criação desse estudo, e havendo dificuldades na realização do Plano de cargos, carreira esalários contratar assessoria para | 100% | X | X | X | X | X | X | X |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Carreira eSalários da Assistência Social. | a efetivação do mesmo. |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | 4. Viabilizar aimplantação e implementação do Centro Dia | 4.1 Buscar recursos nas três esferas na implantação, implementação e manutenção do Centro Dia. | 100% | X | X | X | X | X | X | X |
|  | 5. Ampliação do espaço fisico para realização dos serviços socioassistenciais. | 5.1. Oferecer melhores condições de estruturas físicas para atender as familias, aprimorando a gestão dos serviços projetos e beneficios. | 100% | X | X | X | X |  X | X | X |
|  | 6. Promover a formação permanente dos profissionais trabalhadores do SUAS | 6.1 Qualificar os profissionais para a execução dos serviços, por meio de cursos de formação. | 100% | X | X | X | X |  X | X | X |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | **AÇÃO ESTRATÉGIC A** | **METODOLOGIA** | **META** | **PERÍODO** | **FONTE DE FINANCIAMENTO** |
| **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **MUNICIPAL** | **ESTADUAL** | **FEDERAL** |
| **CONTROLE SOCIAL** | 1. Garantir a capacitação permanente e continuada dos conselhos e recursos humanos da Politica de Assistência Social
 | Promover o aprimoramento no conhecimento da Política Publica de Assistência Social | 100% | X | X | X | X | X | X | X |
| 1. Implantar a Casa dos Conselhos.
 | Criar Lei que regulamenta a criação da Casa dos Conselhos.Garantir profissional efetivo para gerenciar os conselhos. | 100% | X | X | X | X | X | X | X |

# FINANCIAMENTO

**Fundo Municipal Da Assistência Social Escopo: Plano Plurianual**

**PPA 2022 / 2025**



 



# MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este Plano será avaliado e aperfeiçoado constantemente ao longo do desenvolvimento das atividades, com o objetivo de registrar alterações necessárias e aprimorar suas ações. Trata-se de um instrumento de planejamento, logo, se adequará conforme as condições que se estabeleceram no âmbito das oportunidades da Assistência Social nas três esferas de governo, com a criação de novos programas e extinção de outros, de acordo com o que é preconizado pela SUAS.

Cada programa, projeto ou serviço aqui descrito tem previsto seu sistema de monitoramento e avaliação, de forma qualitativa e quantitativa, cujo resultado deverá embasar a atualização do Plano Municipal.

Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social o acompanhamento das metas e ações previstas neste documento, assim como a avaliação dos objetivos atingidos e metas a serem repactuadas.

# BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei Orgânica de Assistência Social.* 1993.
2. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Relatório de Informações - Bolsa Família e Cadastro Único.* Disponível em:

<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio\_form.php.](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio_form.php) Acesso em: 03 fevereiro de 2014.

1. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Relatório de Informações – Panorama Municipal segundo Censo Demográfico 2010.* Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php.](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php) Acesso em: 03/02/2014.
2. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração.* MDS, 2008. (Capacita SUAS v. 3).
3. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.* 2012
4. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

*Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.* Resolução nº 109. 2009.

1. BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. *Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013.*
2. *Orçamento Municipal. Rondon* – PR. 2014.
3. *Plano Municipal de Assistência Social. Rondon* – PR, 2013.
4. *Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.* Rondon – PR, 2013.
5. Plano de Ação APAE
6. Lei Nº 1.797/2017/SUAS de Rondon/PR.